

...continuação

8. Impostos a Recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a compensar (a)	32.136	18.409	35.609	23.015
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a compensar	3.698	393	4.622	1.391
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	828	5.910	1.023	6.728
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	129	473	1.402	2.508
Outros	218	269	302	730
	37.009	25.454	42.958	34.372

(a) Refere-se substancialmente a impostos pagos antecipadamente decorrente de retenção de aplicações financeiras ou impostos pagos antecipadamente de investida vendida, que já não faz parte do Grupo RB. Os pedidos de restituição foram solicitados durante o exercício de 2021 e 2020 e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e aguardam a manifestação da receita Federal. Foram compensados R\$ 1.267 do montante da controladora e R\$ 1.667 do montante do consolidado.

9. Imóveis a Comercializar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imóvel em Itapevi - SP	-	-	17.368	17.368
Imóvel no Rio de Janeiro - RJ	-	-	105.620	189.663
Imóvel em Pouso Alegre - MG	-	-	4.681	10.450
Imóvel em São José dos Pinhais - PR	-	-	82.872	82.872
Terreno em Bônito/PE	-	-	38.387	5.895
Parapassagens/PA	44.861	8.974	44.861	8.974
Unidades Residenciais em diversas localidades	-	-	3.639	12.333
	44.861	8.974	297.428	327.555

Movimentação dos imóveis a comercializar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	430.832
Venda imóveis em Igarassu - PE	-	-	-	(50.569)
Venda unidades residenciais	-	-	-	(41.255)
Obras e benfeitorias	-	-	8.974	51.012
Entrega banco (Execução alienação fiduciária)	-	-	-	(59.809)
Leasing	-	-	-	68.379
	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	8.974	327.555
Venda imóvel em Igarassu - PE	-	-	-	-
Vendas unidades residenciais	-	-	-	(8.694)
Obras e benfeitorias	-	-	35.887	68.379
Entrega banco (Execução alienação fiduciária)	-	-	-	-
Leasing	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	(89.812)
	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	44.861	297.428

A Administração tem efetivado em alguns casos, a contratação de especialistas para conduzir as transações, mediante a elaboração de estratégia de venda, estudo de comercialização, análise e opinião sobre o valor de venda, coordenação da produção do material de marketing, coordenação de contatos e visitas aos imóveis, implementação do processo de venda e assessoria durante a negociação de eventuais propostas. Existe a expectativa de que as vendas dessas imóveis se concretizem nos próximos 12 meses. Anualmente a Administração avalia a partir de laudos internos o valor recuperável das unidades em estoque.

10. Imobilizado	Instalações e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Aparelhos de telecomunicações	Total
Em 31 de dezembro de 2019	13.017	472	32	-	-	129 13.650
Despesa de depreciação no exercício (948)	(181)	(5)	-	-	(27)	(1.161)
Baixa de arrendamento (754)	-	-	-	-	-	(754)
Em 31 de dezembro de 2020	11.315	291	27	-	-	102 11.735
Despesa de depreciação no exercício (948)	(138)	(5)	-	-	(27)	(1.118)
Adições	102	-	-	-	-	102
Baixa de arrendamento (5.638)	-	-	-	-	-	(5.638)
Em 31 de dezembro de 2021	4.729	255	22	-	-	75 5.006

Arrendamentos como arrendatário: O Grupo arrenda um imóvel não residencial e decaetante para uso próprio administrativo. Esses arrendamentos têm prazo de duração de 10 anos com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pela variação positiva do IGP-M/FGV, acrescido de juros de 9,48% ao ano. O passivo de arrendamento foi registrado na rubrica contas a pagar, conforme nota explicativa nº 15. Maiores informações sobre a política contábil descritas na nota explicativa nº 4 m.

11. Partes Relacionadas: As controladas são todas as entidades nas quais a RB Capital S.A. possui controle e as operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado e vigentes nas respectivas datas.

12. Investimentos	Participação direta - %	Equivalência		Investimentos	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas diretas:					
RB Capital Serviços de Crédito Ltda.	4,47	3.728	13.050	1.717	12.349
RB Capital Realty Investimentos Imobiliários Ltda.	99,99	3.024	1.248	2.271	360
RB Capital Asset Management Ltda.	99,99	9.943	5.962	9.022	5.450
RB Capital Commercial Properties S.A.	99,99	(41.515)	(7.629)	74.272	65.393
RB Capital Prime Realty I	-	-	-	-	-
Empreendimentos Imobiliários S.A.	99,99	(40)	(3.359)	688	691
RB Capital Desenvolvimento Residencial Ltda.	99,99	3	3	14	70
RB Capital Companhia de Segurização S.A. (a)	00,00	(1.007)	6.755	-	9.539
Plúdio Investimentos S.A.	00,00	-	-	-	7
RP - Agro Assets Fundo de Investimentos e Participações	00,00	-	(101)	-	(32)
RB Capital Agrícola S.A.	00,00	-	(45)	-	(8)
Eleven Partner Participações Ltda.	00,00	-	-	-	12
Fundo de Investimento Imobiliário Patrimonial IV	00,00	(17.816)	18.079	-	22.655
RB Capital Salus Infraestrutura I - FIP	100,00	3.406	11.437	26.938	23.597
Fundo de Investimento Imobiliário Patrimonial VI	100,00	3.686	(54)	11.483	7.407
Bravo Beef S.A.	100,00	389	25	119	9.965
RB Capital Participações O2 Ltda.	99,90	(1)	-	-	1
RB Capital Participações O1 Ltda.	99,90	(1)	-	-	1
RB Capital Participações O3 Ltda.	99,90	(1)	-	-	1
Austral Real Estate Ltda.	99,99	(1)	-	-	1
		(35.293)	45.372	126.554	157.469

Investimentos em não controladas:
Investimento a custo
Total dos investimentos (35.293) 45.372 126.554 157.469

Coligadas indiretas:
Ibiapava
BFSB 01 Empreendimentos Imobiliários
Riscoan Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.
RUGITA Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.
Nova Praça Alto da Lapa SFE Ltda.
Hillux
TFO
M.A.R.
Holding Residencial IV
Salus Empreendimentos e Participações V
Fundo de Investimento Imobiliário Salus
Salus Infraestrutura Portuária S.A.
Salus Empreendimentos e Participações II

Total dos investimentos consolidados	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	245.958	24.425
Aumento de capital	-	-	49.685	26.550
Redução de capital	-	-	(154.581)	(1787)
Dividendos	-	-	(1.681)	(3.049)
Ganho / (Perda) de capital	-	-	(15.230)	1.372
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(775)	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	45.372	3.820
Amortização	-	-	(1.038)	-
Reversão Impairment	-	-	11.839	-
Daplo	-	-	(19.968)	-
Venda de participação	-	-	-	(7.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	157.461	45.658
Aumento de capital	-	-	51.721	3.493
Redução de capital	-	-	(17.840)	(4.160)
Dividendos	-	-	(1.948)	(2.790)
Ganho / (Perda) de capital	-	-	(1.435)	370
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(35.293)	4.872
Amortização	-	-	(3.400)	-
Venda de participação (a)	-	-	(10.050)	-
Incorporação	-	-	-	(27.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	126.554	20.440

(a) Em abril de 2021 foi celebrado o Share Purchase Agreement (Contrato de Compra e Venda de Ações) entre a RB Capital S.A. e a Yawara Brasil S.A. ("Yawara"). A Yawara, sociedade do grupo Jaguar Growth Partners, adquiriu a totalidade das ações de emissão da RB Capital Companhia de Segurização S.A. ("RB SEC"), tornando-se a única acionista e controladora da "RB SEC".

13. Propriedade para Investimento	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Imóvel em São Bernardo do Campo - SP	-	55.881
Movimentação da Propriedade para Investimento		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	55.881
Ajuste a valor justo	-	(49.881)
Desinvestimento (a)	-	(55.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-

(a) A Companhia realizou a venda do Fundo de Investimento Imobiliário Patrimonial IV - (quantidade de cotas 72.459) em 31 de dezembro de 2021 que possuía propriedade para investimento - "São Bernardo do Campo - SP".

A Companhia registrou as propriedades para investimento a valor justo com análise realizada internamente. A metodologia usada na avaliação do imóvel de São Bernardo do Campo foi o método (DCF) - fluxo de caixa descontado, cuja a taxa de desconto utilizada foi de 11% em 2020 ao ano, para um período projetivo de 10 anos a taxa de perpetuidade de 10% em 2020 ao ano.

14. Impostos, Taxas e Contribuições	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	1.817	8.158	5.013	13.140
Contribuição social	661	2.933	2.017	4.984
PIS e COFINS	1.113	2.833	2.542	4.644
Imposto Sobre Serviços - ISS	8	60	104	307
IRRF	19	14	48	413
Outros impostos	-	-	5	44
	3.624	14.067	9.776	23.540
Circulante	2.772	1.454	5.778	7.350
Não circulante	852	12.553	3.998	16.190

RB CAPITAL S.A. E CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 20.502.525/0001-32

15. Contas a pagar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valores a repassar (a)	-	-	11.807	11.820
Aluguel a pagar (b)	3.657	9.295	3.657	9.295
Cessão de crédito a pagar (e)	112.174	-	140.901	-
Fornecedores	1.362	1.421	2.422	8.310
Cessão de Direito de Uso de Superfície (c)	-	-	40.225	38.300
Outras contas a pagar (d)	597	45	8.685	11.341
	119.730	22.368	195.890	78.866
Circulante	55.279	22.368	1.450	76.866
Não circulante	-	-	124.400	-

(a) Refere-se substancialmente a valores a repassar decorrente de cessação fiduciária de títulos e valores mobiliários ("Câdula de Produto Rural - CPRF"), rendimento de aplicações financeiras, tarifas bancárias e entre outros decorrentes de operação de securitização de recebíveis. A Companhia não possui participação nas referidas operações de securitização.

(b) Valor a pagar decorrente da contraaprestação de aluguel de espaço não residencial e equipamento de para uso administrativo do Grupo. O ativo teve início em 07/08/2019 e prazo de 120 meses, cuja a taxa de desconto prevista no contrato é aproximadamente 5% ao ano com correção pelo IGP-M nesta data, e aluguel mensal no valor total de R\$ 25,76, foi formalizado em 30 de setembro de 2021 o aviso prévio de rescisão antecipada do contrato de locação, cuja a data prevista para devolução do imóvel é 31 de março de 2022.

(c) Em 17 de dezembro de 2021, foi celebrado o novo contrato de locação de imóvel não residencial, entre a Companhia e a "Lucio Empreendimentos e Participações Ltda.", denominada "locadora", com duração de 48 meses, cujo o valor do aluguel será de R\$ 75 e reajustado a cada período de 12 meses, de acordo com a variação positiva do "IPCA". A locadora "concedeu" à Companhia a garantia, somente para o pagamento do aluguel mensal, no período de 15/12/2021 a 15/12/2022, para que sejam efetuadas as instalações necessárias para adequação do imóvel as atividades da Companhia.

(d) Refere-se substancialmente a saldo a pagar pela controladora RB Commercial Properties 49 Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("RBCP 49") em decorrência de contrato de Cessão de Direito de Uso de Superfície ("CDUS") de área localizada em Guarulhos - SP para construção de um imóvel na modalidade de *build to suit* (BTS), em troca da cessão, a RBCP 49 paga remuneração mensal no valor de R\$ 325, até julho de 2022 ("data do término da cessão"), atualizado anualmente pelo IPCA. Em 31 de dezembro de 2021 o valor representado das parcelas não liquidadas é de R\$ 40.225 (R\$ 39.300 em 2020).

(e) O valor de R\$ 12.320 (R\$ 12.320 em 2020) refere-se a valores a serem repassados ao Banco Pine pela RB Capital Realty XXX Empreendimentos Imobiliários Ltda., em função da cessão dos direitos de venda do Terreno Furac, conforme "Instrumento de Compromisso de Venda". O valor de R\$ - (R\$ 1.933 em 2020) refere-se a valores a serem repassados em decorrência da venda do imóvel Benteler.

16. Adiantamentos de Recebíveis	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos de Recebíveis	14.177	38.553
Circulante	13.470	6.999
Não circulante	707	31.552

Referem-se a adiantamentos recebidos das cessões de crédito, atualizados pelo IPCA e juros entre 6,9% e 9,4% ao ano, e amortizados conforme os períodos de vigência dos contratos de aluguel a elas atreladas. Essas operações possuem garantias específicas, como o respectivo imóvel a operação, conforme definido no prospecto de distribuição da operação.

17. Empréstimos e Financiamentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos				
Empréstimo em moeda estrangeira	-	-	-	-
Empréstimo em moeda nacional	-	-	-	-
Financiamentos				
Financiamento em moeda estrangeira	-	-	-	-
Financiamento em moeda nacional	-	-	-	-
Total				

As mutações dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

18. Débitos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	137.148	181.433	137.148	181.433
Pagamento de principal	(11.140)	(19.616)	-	-
Encargos financeiros	11.342	14.973	-	-
Amortização de custo de captação	-	297	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	137.350	174.420	137.350	174.420
Pagamento de juros	(45.273)	(54.140)	-	-
Encargos financeiros	6.605	9.703	-	-
Amortização de custo de captação	-	302	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.557	82.158	50.557	82.158

O cronograma de pagamento está programado conforme abaixo:

19. Provisão para riscos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2022	50.557	50.557	-	-
2023	-	6.632	-	-
2024	-	7.679	-	-
2025	-	8.833	-	-
2026	-	8.203	-	-
2027	-	754	-	-
	50.557	82.158	50.557	82.158

18. Débitos
Captação de recursos
RB Capital S.A. (a)
RB Commercial Properties 30 S.A. (b)
Circulante
Não circulante

Em 14 de maio de 2018, a Companhia emitiu debêntures não conversíveis, com vencimento em 20 de abril de 2021, atualizadas pelo CDI acrescido de 2% de juros, sem a prestação de qualquer tipo de fiança ou aval corporativo. Em 2021 houve aditamento do "instrumento particular de escritura", prorrogando o vencimento para 20 de abril de 2022. O saldo integral das debêntures foi liquidado em março de 2022, com vencimento em 10 de maio de 2019, a Companhia emitiu debêntures não conversíveis, com vencimento em 10 de maio de 2023, atualizadas pelo CDI acrescido de 2,25% de juros, sem a prestação de qualquer tipo de fiança ou aval corporativo.

(a) Em 29 de novembro de 2020, emitiu debêntures no montante de R\$ 61.000 não conversíveis em Ações, atualizadas por juros remuneratórios de 11,50% ao ano, acrescidos de IPCA, com garantia da alienação fiduciária de imóvel, sem regresso contra o Grupo RB Capital, i.e., em caso de default o credor da debênture recebe o imóvel como pagamento e liquidação da operação. A Debênture possui vencimento para 14 de outubro de 2023.

A movimentação das debêntures para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Captação de recursos	(30.143)	(30.210)	-	-
Pagamento - principal	(6.327)	(6.327)	-	-
Amortização do custo de captação	264	264	-	-
Encargos financeiros	4.482	4.482	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	76.014	137.014	76.014	137.014
Pagamento - principal	(17.912)	(17.912)	-	-
Amortização do custo de captação	(7.722)	(7.722)	-	-
Encargos financeiros	189	189	-	-
Encargos financeiros	(7.713)	(7.713)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	47.827	121.403	47.827	121.403

19. Provisão para riscos: Em 31 de dezembro de 2021, a controlada indireta RB Commercial Properties 44 Empreendimentos Imobiliários Ltda., é parte integrante de uma ação civil pública referente ao projeto em desenvolvimento no município de São José dos Pinhais, cuja chance de perda é considerada possível de acordo com seus assessores jurídicos. O valor atualizado envolvido na ação é de R\$ 1.659. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada indireta, RB Commercial Properties 44 Empreendimentos Imobiliários S.A., é parte integrante de uma ação fiscal de Auto de Infração de nº 186/2015, lavrada pela Prefeitura de São José dos Pinhais/PR, em razão da existência de supostos débitos de ISS não recolhidos, cuja a probabilidade de perda é possível e o valor atualizado envolvido na ação é de R\$ 8. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada direta, Fundo de Investimento Imobiliário Patrimonial V de parte de um processo administrativo cuja probabilidade de perda é possível, instaurado em razão de supostos débitos de ISS originados de construção civil em empreendimentos no município do Rio de Janeiro - RJ. No processo foi alegada a ilegitimidade passiva do Fundo em razão da indicação dos autorizados fazendários dos responsáveis pelas obras. Os autos devem responder pelo pagamento do ISS respectivo. O valor atualizado envolvido na ação é de R\$ 2.944. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada indireta, RB Capital Realty XXVII Empreendimentos Imobiliários Ltda., é parte de um processo referente à credora Rossi,

...continuação		RB CAPITAL S.A. E CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 20.502.525/0001-32	
A DIRETORIA		Contador: Karin Antunes Sikorski Fontan / 1SP270.6930-7	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas			
<p>Aos Acionistas e Administradores da RB Capital S.A. - São Paulo - SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da RB Capital S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada RB Capital S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações individuais e consolidadas e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Principais Assuntos de Auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p> <p>Redução ao valor realizável líquido dos imóveis a comercializar: Veja a nota explicativa nº 9 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Principal assunto de auditoria: A Companhia apresenta em suas demonstrações finan-</p>	<p>ceiras saldo com Imóveis a Comercializar que é testado anualmente pela administração, por meio de estudo, para o propósito de avaliação do valor recuperável desses imóveis, essa avaliação do valor recuperável envolve um elevado grau de julgamento na determinação das premissas utilizadas para preparação do estudo. As premissas incluem julgamentos significativos da Companhia, tais como determinação da taxa de desconto, taxa de capitalização, projeções de receita entre outros. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria, devido ao julgamento inerente ao processo de determinação das premissas que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Como auditoria conduziu esse assunto: • Obtivemos entendimento do processo relacionado a mensuração do valor realizável líquidos imóveis a comercializar. • Para as unidades residenciais efetuamos a comparação do valor contabilizado com o histórico dos preços praticados nas vendas ocorridas no exercício de 2021, para as unidades sem histórico recente de vendas efetuamos a comparação do valor de realização com ativos semelhantes disponíveis em sites de consulta, bem como consideramos a transação efetuada em períodos subsequentes. • Para terrenos e projetos comerciais (galpões), envolvemos nossos especialistas em avaliação de ativos, que avaliaram a razoabilidade do modelo e das premissas utilizadas no cálculo da administração. • Avaliamos também, as divulgações efetuadas em notas explicativas pela Companhia e suas controladas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos dos imóveis a comercializar e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p> <p>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os</p>	<p>assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capaci-</p>	<p>dade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <p style="text-align: right;">São Paulo, 28 de março de 2022</p>
			Mark Suda Yamashita Contador CRC SP-271754/O-9
		CRC 2SP014428/O-6	

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>